



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Prestação de serviço de Exame Clínico: Potencial Evocado Auditivo, Sob Sedação (BERA), para paciente carente do município (Ester Oliveira De Jesus), sob o interesse do Fundo Municipal de Saúde de Paraúna.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. O Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico (BERA) é um exame neurossensorial utilizado para avaliar a integridade das vias auditivas desde o ouvido interno até o tronco encefálico. O teste mede a atividade elétrica gerada no cérebro em resposta a estímulos sonoros, permitindo a avaliação da função auditiva e do sistema nervoso central.

3. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

3.1. Em virtude da ausência de oferta do serviço específico no mercado local, é imperativo justificar o pagamento do referido serviço conforme as diretrizes estabelecidas pelas normas da administração pública. A escassez de prestadores de serviços capacitados ou disponíveis para a realização do exame necessário impede a obtenção do serviço por meios convencionais, o que torna essencial a formalização e a regulamentação do processo de pagamento de acordo com os preceitos legais e administrativos vigentes.

Levando-se em consideração as possibilidades existentes, a alternativa que melhor se alinha às atuais necessidades do município é a Contratação da empresa TOSTA E CASTRO LTDA, inscrita no CNPJ n. 02.314.482/0001-80.

Segue anexo ao processo, Nota Fiscal emitida pelo prestador de serviço comprovando o valor de mercado praticado neste ato.

3.2. Assim, justifica-se a referida contratação tendo em vista se tratar da melhor opção escolhida pela administração.

4. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

4.1. Concernente ao preço, considerando os valores que estão sendo cobrados, destaca ressaltar a inviabilidade de competição, uma vez que a prestação do serviço é oferecida de forma exclusiva, sendo o preço praticado tabelado/padronizado, caracterizando, portanto, a inviabilidade da competição.

5. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

5.1. Da análise da lei de licitação n. 14.133/21, verifica-se a previsão da contratação em questão no art.74, inciso I, que autoriza a contratação direta por inexigibilidade nos casos de aquisição de materiais e serviços, ao prescrever, verbis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)



I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos (...)

5.2. Como pode ser observado a contratação sob esses moldes está condicionada à presença dos seguintes requisitos:

- a) a aquisição/serviço tem de ser enquadrada como serviço técnico especializado, conforme hipóteses previstas no art.74, I da Lei nº 14.133/21;
- b) o contratado ou empresa tem que possuir notória especialização;

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

6.1. Prestação de serviço de Exame Clínico: Potencial Evocado Auditivo, Sob Sedação (BERA), para paciente carente do município (Ester Oliveira De Jesus), sob o interesse do Fundo Municipal de Saúde de Paraúna.

6.2. O prazo de vigência da contratação é contado da assinatura do termo contratual até 31/12/2024, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

6.3. O objeto deste Termo de Referência, não encontra previsão no Plano Anual de Contratações, tendo em vista que conforme o art. 12 da Lei 14.133/21, o PAC é facultativo.

7. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

7.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se descrita abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição/Serviços
01	01	SV	EXAME ESPECIALIZADO

a) a contratação se enquadra como serviço técnico especializado, conforme hipóteses previstas no art.74, I da Lei nº 14.133/21.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

8.1. As necessidades referentes à contratação de consultoria especializada, objeto deste Termo de referência, baseiam-se na descrição da solução como um todo, que encontra-se pormenorizada abaixo:

9. A CONTRATAÇÃO DEVERÁ OBSERVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

9.2. Sustentabilidade: Atender às exigências determinadas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

9.3. A aquisição/serviço tem de ser enquadrado como serviço técnico especializado, conforme hipóteses previstas no art.74, I da Lei nº 14.133/21;

9.4. O contratado ou empresa tem que possuir notória especialização;



10. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

10.1. O prazo de execução dos serviços será até 31/12/2024, com início a partir da data de assinatura do contrato, na forma que se segue.

10.2. Caso haja necessidade de prorrogação contratual, a contratada poderá solicitar à Administração, e será analisada a possibilidade.

10.3. Para a perfeita execução dos serviços a contratada deverá oferecer o serviço exatamente como descrito neste instrumento e nas cláusulas de seu contrato

11. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

11.1. Em caso de não envio da documentação de habilitação, inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, quantidade inferior ao solicitado, não prestação de garantia do material, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativa, garantida prévia defesa:

I - Advertência II - Multas:

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do somatório dos itens entregues com atraso, por dia de atraso na entrega do material, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor.
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, por infração a qualquer cláusula ou condição deste Termo de Referência, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta de preços vencedora, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em retirar a Nota de Empenho ou deixar de apresentar os documentos exigidos, nos prazos e condições estabelecidas neste Projeto Básico.
- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta de preços, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivada por culpa da Contratada, garantida a prévia defesa, independente das demais sanções cabíveis;
- e) de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de não-substituição do material no prazo determinado, caso não esteja de acordo com a especificação exigida no Termo de Referência, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. Após o décimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do material e/ou a sua substituição, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida; Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no item II.

11.2. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.



11.3. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com o Município, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas aqui estipuladas e também previstas na Lei 14.133/21.

11.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente, com a inscrição na Dívida Ativa do Município.

12. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

12.1. Deverá a contratada realizar a prestação do serviço nos locais definidos pela Secretaria de Saúde de Paraúna-GO.

12.2. A execução dos serviços deverá ser acompanhada pelo fiscal do contrato ou por seus substitutos.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios atendidos pela seguinte dotação orçamentária:

06.01 10.301.1004.2.080 – 3.3.90.39 – Ficha: 318 – Manut das Atividades Gerais do FMS.

14. DO PAGAMENTO:

14.1. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade da CONTRATADA obedecida as seguintes condições:

a) os pagamentos serão realizados Contra-apresentação: Os pagamentos serão efetuados 15 (quinze) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento do Governo Municipal de Paraúna-GO.

b). As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

14.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao setor competente do CONTRATANTE, por ocasião dos pagamentos, cópia dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de débito para com a Fazenda Federal (certidão conjunta);
- b) Certificado de regularidade de situação com o FGTS;
- c) Certidão Negativa Municipal;
- d) Certidão Negativa Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

14.3. A CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA.

14.4. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

- a) Incoerência no fornecimento do objeto deste Contrato, de responsabilidade da CONTRATADA;
- b) Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Contrato;



c) Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

15. RECEBIMENTOS DA NOTA DE EMPENHO:

15.1. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato/ordem de serviço/fornecimento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, facultado à Administração chamar os remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, devendo a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, ou revogar esta licitação.

15.2. Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação regular fiscal e trabalhista, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

15.3. O fornecedor deverá manter, durante toda a vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16. CONTROLE DA EXECUÇÃO:

16.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Contratada, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, e de tudo dará ciência à Contratada;

16.2. O representante do Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução;

16.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

16.3. O fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO:

17.1. No interesse da Contratada o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até os limites previstos no art. 125 da Lei 14.133/21.

17.2. A vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária.

17.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta.

18. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

18.1. O presente Termo de Referência foi elaborado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.



Paraúna-GO, ao 07 de agosto de 2024.

JOICE PERES CRUVINEL
Coordenadora Geral da Secretaria Municipal de Saúde